

LEI Nº 3297, DE 17 DE AGOSTO DE 2007.



**DISPÕE SOBRE A  
CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA,  
COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Amparo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 07 de AGOSTO de 2007, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Capítulo I  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**SEÇÃO I  
DA NATUREZA E FINALIDADES**

**Art. 1º** ~~Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente, colegiado permanente de caráter deliberativo e consultivo, responsável pela definição, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Meio Ambiente e execução das funções previstas no Plano Diretor do Município de Amparo.~~

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente, colegiado permanente de caráter deliberativo, responsável pela definição, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Meio Ambiente e execução das funções previstas no Plano Diretor do Município de Amparo. (Redação dada pela Lei nº 4011/2019)

**SEÇÃO II  
DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 2º** Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA compete:

I - atender as atribuições previstas na lei do Plano Diretor do Município de Amparo, no que

coube;

II - propor a definição ou revisão de Unidades de Conservação do Patrimônio Natural;

III - colaborar na implantação do Plano de Preservação e Recuperação Ambiental;

IV - colaborar na implantação do Plano de Saneamento Ambiental;

V - propor a Política Municipal do Meio Ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do Município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

VI - propor a criação de normas legais, padrões, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Município, observada a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes;

VII - propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

VIII - opinar sobre os aspectos ambientais de políticas, planos, e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do Município;

IX - solicitar a convocação da Conferência Municipal de Meio Ambiente da Cidade de Amparo;

X - realizar Audiência Pública visando a participação da comunidade na discussão de temas pertinentes;

XI - articular-se com os demais Conselhos Municipais e órgãos públicos relacionados ao meio ambiente;

XII - identificar e informar ao órgão municipal ambiental sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

XIII - receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental;

XIV - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento de ações e serviços que potencialmente possam causar impacto ao Meio Ambiente;

XV - deliberar sobre a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XVI - elaborar seu Regimento Interno;

XVII - **Propor o sistema municipal de criação e gestão de áreas verdes e de lazer; (Redação acrescida pela Lei nº 4011/2019)**

XVIII - **Elaborar resoluções visando a melhora dos padrões de qualidade ambiental, a serem respeitados no município de amparo, referentes ao uso dos recursos naturais e as atividades**

causadoras de degradação ambiental sob qualquer forma, respeitados os padrões estaduais e federais e fundamentos técnicos; desde que aprovado pela maioria absoluta do CMMA; (Redação acrescida pela Lei nº 4011/2019)

XIX - Opinar em projetos não expressamente submetidos ao CMMA, desde que haja fundado receio de impacto ambiental. (Redação acrescida pela Lei nº 4011/2019)

### SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

**Art. 3º** ~~O CMMA será composto por 14 (quatorze) membros representados pelo poder público e pela sociedade civil organizada, a saber:~~

**Art. 3º** O CMMA será composto por 16 (dezesseis) membros representados pelo poder público e pela sociedade civil organizada, a saber: (Redação dada pela Lei nº 4011/2019)

~~I - 7 (sete) representantes do Poder Público, sendo:~~

- ~~a) 2 (dois) representantes da Autarquia SAAE, sendo um deles o seu Superintendente;~~
- ~~b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;~~
- ~~c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;~~
- ~~d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;~~
- ~~e) 1 (um) representante de órgão da administração pública estadual ou federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação no Município;~~
- ~~f) 1 (um) representante da Casa de Agricultura.~~

I - 8 (oito) representantes do Poder Público, sendo:

- a) 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Meio Ambiente, sendo um dele o seu secretário;
- b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) 1 (um) representante de órgão da administração pública estadual ou federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação no Município;
- f) 1 (um) representante da Casa de Agricultura.
- g) 1 (um) representante da Autarquia SAAE. (Redação dada pela Lei nº 4011/2019)

~~II - 7 (sete) representantes da sociedade civil, organizados por segmentos, com representação jurídica e sede no Município, assim distribuídos:~~

- ~~a) 1 (um) representante do setor industrial e/ou comercial;~~
- ~~b) 1 (um) representante de entidades civis criadas com finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do Município (ONG) com representação jurídica;~~

- ~~e) 1 (um) representante das associações representativas do meio rural;~~
- ~~d) 1 (um) representante de associações de classe relacionadas a arquitetura, engenharia, agronomia e do setor imobiliário;~~
- ~~e) 1 (um) representante do Sindicato Rural;~~
- ~~f) 1 (um) representante da OAB;~~
- ~~g) 1 (um) representante de entidades de ensino e pesquisa.~~

II - 8 (oito) representantes da sociedade civil, organizados por segmentos, com representação jurídica e sede no Município, assim distribuídos:

- a) 1 (um) representante do setor industrial, comercial ou de prestação de serviço;
- b) 2 (dois) representantes de entidades civis que tenham entre as suas finalidades a defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do Município (ONG) com representação jurídica;
- c) 1 (um) representante das associações representativas do meio rural;
- d) 1 (um) representante de associações de classe relacionadas à arquitetura, engenharia, agronomia e do setor imobiliário;
- e) 1 (um) representante do Sindicato Rural;
- f) 1 (um) representante da OAB;
- g) 1 (um) representante de entidades de ensino e pesquisa. (Redação dada pela Lei nº 4011/2019)

§ 1º Participam do CMMA, como convidados, com direito a voz e sem direito a voto:

I - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Gestão Territorial e Habitação;

II - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

III - 1 (um) representante dos órgãos estaduais e federais ligados ao Meio Ambiente;

IV - 1 (um) representante do Consórcio da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

§ 2º Todos os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente deverão ser indicados juntamente com o seu suplente.

**Art. 4º** Os membros deste Conselho serão indicados pelas entidades e segmentos que representam e nomeados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumirá seu respectivo suplente, até que se procedam novas indicações.

**Art. 5º** O mandato dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente será de dois anos, renovável por igual período, cumprindo-lhes exercer suas funções até a designação de seus substitutos.

Parágrafo Único - As eleições serão realizadas 01 (um) mês após a Conferência Municipal de

Meio Ambiente.

**Art. 6º** Caberá aos Conselheiros a designação do Presidente, Vice- Presidente e do Secretário Executivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que deverão ser escolhidos entre seus membros titulares.

**Art. 7º** A função de membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente é considerada de interesse público e não será remunerada.

**Art. 8º** As reuniões da Plenária serão públicas, devendo as mesmas serem divulgadas amplamente no território municipal.

**Art. 9º** O CMMA poderá instituir, se necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse.

**Art. 10** ~~O SAAE proporcionará ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, as condições para seu pleno e regular funcionamento e lhe dará o suporte técnico administrativo necessário, sem prejuízo de colaboração dos demais órgãos públicos e entidades privadas.~~

**Art. 10** A Prefeitura Municipal proporcionará ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, as condições para seu pleno e regular funcionamento e lhe dará o suporte técnico administrativo necessário, sem prejuízo de colaboração dos demais órgãos públicos e entidades privadas. (Redação dada pela Lei nº 4011/2019)

## Capítulo II DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA

### SEÇÃO I DA NATUREZA E FINALIDADES

**Art. 11** Fica instituído o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA.

### SEÇÃO II DOS RECURSOS

**Art. 12** Constituirão recursos do FMMA aqueles a ele destinados provenientes de:

I - dotações orçamentárias e créditos adicionais;

II - transferências de recursos da União, do Estado e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, e sociedades da economia mista e fundações;

III - acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda e cooperação interinstitucional;

IV - receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

V - multas cobradas por infrações às normas ambientais, na forma da lei;

VI - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;

VII - outras receitas eventuais que, por sua natureza possam ser destinadas ao Fundo Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 13** São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do FMMA os planos, programas e projetos destinados a:

I - uso racional dos recursos ambientais;

II - à melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - prevenção de danos ambientais;

IV - promoção da educação ambiental;

V - criação, e melhorias de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;

VI - desenvolvimentos e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;

VII - realização de estudos, pesquisas, e ações que propiciem a utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos na área de meio ambiente;

VIII - manejo dos ecossistemas e extensão florestal;

IX - desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;

X - desenvolver ações para implantação da Política Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo Único - O regimento interno do Conselho definirá os percentuais a serem aplicados a cada item destas prioridades.

### SEÇÃO III DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 14** O Fundo Municipal de Meio Ambiente possui natureza contábil e financeira com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas ambientais.

~~**Art. 15** O Gestor do Fundo Municipal de Meio Ambiente é o Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, órgão gestor ambiental do Município de Amparo.~~

~~**Art. 15** O Gestor do Fundo Municipal de Meio Ambiente é o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Meio Ambiente, órgão gestor ambiental do Município de Amparo. (Redação dada pela Lei nº 4011/2019)~~

**Art. 15.** O Gestor do Fundo Municipal de Meio Ambiente é o Secretário Municipal de Meio Ambiente, órgão gestor ambiental do Município de Amparo. (Redação dada pela Lei nº 4098/2020)

**Art. 16** São atribuições do Gestor do FMMA:

I - ordenar empenhos e pagamentos das despesas executadas com recursos do fundo;

II - fazer a prestação de contas dos recursos arrecadados e aplicados.

**Art. 17** As despesas com a execução da presente Lei correrão pelas verbas próprias consignadas no orçamento em vigor.

### Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

**Art. 18** A nomeação e instalação do Conselho Municipal de Meio Ambiente ocorrerão no prazo máximo de 180 dias (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

**Art. 19** No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a sua instalação, o Conselho Municipal de Meio Ambiente elaborará o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por decreto no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 20** No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação do regimento

interno o Conselho Municipal de Meio Ambiente elaborará a Política Municipal de Meio Ambiente.

**Art. 21** Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

**Art. 22** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 23** Fica revogada a Lei nº 1.191, de 2 de abril de 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO, aos 17 de agosto de 2007.

CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN  
Prefeito Municipal

CÁSSIO FERNANDES PACETTA  
Secretário Municipal de Administração